

# A Educação do Campo como Pedagogia contra a “Pobreza Política”

Rafael Rossi\*  
Pedro Demo\*\*

*The Field Education Pedagogy as  
against the “Poverty Policy”*

---

\*Doutorando do Programa de Educação da Universidade Estadual de São Paulo (UNESP), campus de Presidente Prudente.

\*\*PhD em Sociologia pela Universidade de Saarbrücken, Alemanha e pós-doutorado pela University of California, at Los Angeles (UCLA). Professor Emérito da Universidade de Brasília (UNB).

**RESUMO:** Neste texto problematizamos a Educação do Campo desempenhada na luta dos movimentos sociais do campo, enquanto uma Pedagogia do Exemplo, que combate a “pobreza política” debatida por Demo (1991). Compreendemos que a efetivação do direito à educação perante a população camponesa, não tem se configurado em uma perspectiva “de cima para baixo”. Justamente o oposto ocorre, pois os camponeses se engajam em movimentos sociais e têm conseguido importantes conquistas na área educacional, afirmando-se na prática pedagógica que desenvolvem enquanto “homens políticos” (DEMO, 1991). Assim, o pesquisador em Educação precisa estar atento para essa Pedagogia do Exemplo que vem sendo construída, para que juntos possamos assumir a dimensão política do processo educacional, sem, contudo, negar também a educabilidade do ato político, como já nos explicava Paulo Freire.

**PALAVRAS-CHAVE:** Pobreza Política, Educação do Campo, Pedagogia do Exemplo.

**ABSTRACT:** *In this paper we question the Field Education carried in the struggle of rural social movements as Pedagogy Example that fighting “political poverty” debated by Demo (1991). We understand that the realization of the right to education before the peasant population, has not been configured in a perspective “from above”. Just the opposite occurs, because the farmers are engaged in social movements and have achieved significant accomplishments in education, asserting itself in developing pedagogical practice as “politicians” (DEMO, 1991). Thus, the researcher in education need to be aware of this pedagogy of the Example is being built, so that together we can take the political dimension of the educational process, without, however, denying also the educability of the political act, as already explained in the texts of Paulo Freire.*

**KEYWORDS:** *Poverty Policy, Field Education, Pedagogy Example.*

*“One thing I can tell you is  
You got to be free  
Come together, right now,  
Over me”*

*Uma coisa que eu posso dizer pra você  
É que você tem que ser livre  
Venha cá, agora mesmo  
Junto comigo...*

(Trecho da música “Come Together” de  
Composição de John Lennon e Paul McCartney)

## INTRODUÇÃO

**A**s vezes os poetas são mais felizes, pois conseguem apreender a grandeza da vida com a humildade da palavra. O trecho de “Come Together” talvez consiga exprimir o sentido maior da educação: a luta pela liberdade, porém uma luta que é junta, por isso, é tarefa coletiva. O presente texto é resultado das reflexões da tese em andamento intitulada: “Problematizando a Educação Popular na Educação do Campo: análise a partir do Programa Nacional de Educação da Reforma Agrária no curso “Pedagogia da Terra” em São Carlos – SP”, desenvolvida junto ao Departamento de Educação da Universidade Estadual de São Paulo (UNESP), *campus* de Presidente Prudente/SP. Acreditamos que a Educação do Campo, que vem sendo desenvolvida pelos movimentos sociais do campo, constitui em uma Pedagogia do Exemplo, pois envolve sua população e seus militantes na participação e no engajamento rumo à garantia do direito educacional.

Exemplos de luta e conquista deste processo pedagógico podem ser considerados: o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), a Escola Feminista em Luziânia/GO e as Diretrizes Operacionais da Educação Básica no Campo (DOEBEC) – nº 1 de 2002 e nº 2 de 2008. Vários outros exemplos podem ser elencados pela mobilização dos movimentos sociais do campo, no entanto, consideramos estes três elementos como pontos relevantes para ilustrar a práxis dessa população que labuta e se engaja coletivamente.

Há um movimento mobilizador que articula pesquisadores e movimentos sociais na luta pela garantia ao direito à educação pelas populações do campo. Esse movimento se chama Educação do Campo e vem se constituindo em objeto de análise que permite apreender a luta de classes em nossa sociedade a partir da perspectiva educacional. Por ser um movimento que explicita a luta de classes este conceito de Educação do Campo, ainda em formação, também vem sendo alvo de disputas entre grupos que intentam a privatização do ensino e a subordinação da classe trabalhadora e aqueles que defendem uma compreensão educacional emancipadora, preocupada com o desenvolvimento das potencialidades humanas em seus vínculos de solidariedade de classe, rumo a uma sociedade com maior justiça social.

Discutir e pesquisar coletivamente a respeito da educação do campo permite ampliarmos nossa compreensão sobre as dificuldades e potencialidades que determinada comunidade escolar apresenta, além de aprofundar no entendimento sobre as contradições e os embates que também se manifestam em projetos e perspectivas educacionais que envolvam o território camponês. De modo geral, percebemos que os padrões de ensino de escolas localizadas no espaço urbano influenciam e se refletem também em escolas no campo. Isso possibilita afirmar que não se está levando em consideração os aspectos pertencentes à cultura camponesa; o que, por sua vez, contribui para uma descaracterização cultural e social que despolitiza a compreensão do campo como produtor também de conhecimentos.

Ao longo do texto defendemos a dimensão política da educação, pois, como já nos ensinou o educador Paulo Freire em suas obras, não é possível negar a politicidade da educação nem a educabilidade do ato político. No entanto, as escolas também devem se preocupar com conteúdos, que, por sua vez, precisam estar relacionados ao território camponês, de modo a democratizar o conhecimento filosófico, artístico e científico e, também, problematizar questões conectadas ao contexto em que tais instituições escolares se inserem. Assim, ampliaremos as bases para caminharmos não só no intuito de uma consciência crítica, mas, sim, de uma criticidade atuante, que reflete sobre os desafios de seu tempo e não se “vende” a um determinismo imobilista. Justamente por ser crítico, esse pensamento se fundamenta na reflexão e no estudo, porém se materializa na ação coletiva organizada na luta pela garantia dos direitos sociais.

Assim sendo, consideramos necessário dividir o presente texto em mais três partes. Na primeira parte iremos resgatar, brevemente, a história da educação do campo como luta e resistência da população camponesa. Na segunda parte, prosseguimos com nossa reflexão, entendendo-a como a Pedagogia do Exemplo e que luta contra a “pobreza política” discutida por Demo (1991). Já a terceira parte destina-se às nossas considerações finais sobre o debate aqui proposto.

Vale afirmar que não pretendemos encerrar a discussão da educação do campo e de pobreza política. Nosso intuito é avançar na reflexão que permita compreender a luta educacional como parte da luta pela terra e da busca por uma sociedade organizada de modo qualitativamente diferente, com maior justiça social e sem a exploração de uma classe sobre a outra.

## **EDUCAÇÃO DO CAMPO: TRAJETÓRIAS E CONQUISTAS**

*“Observei e ouvi, buscando entender a história de meu próprio tempo... Não nos desarmemos, mesmo em tempos insatisfatórios. A injustiça social ainda precisa ser denunciada e combatida.*

*O mundo não vai melhorar sozinho”*

(Eric Hobsbawm)

Neste item, consideramos importante demonstrar o aspecto mobilizador de engajamento que vários sujeitos coletivos do campo e comprometidos com ele desempenharam e desempenham no cenário nacional. São várias ações e mobilizações locais, regionais, estaduais e nacionais que comprovam os valores e os resultados da ação conjunta e, unidas, podem obter rumo à garantia do direito educacional.

No período de 1979 a 1984 ocorreu o princípio de gestação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), já que reuniu as experiências pioneiras na área de ocupação de terras e encontros. Em 1984, ocorreu o Primeiro Encontro Nacional do MST em Cascavel, no Paraná. Já em 1985, foi realizado seu primeiro Congresso, dando início à expansão desse movimento pelo território nacional (FERNANDES, 1999). O tema da educação

começou a despertar a atenção do movimento já que uma pesquisa realizada em 1994 e 1995 nos assentamentos e acampamentos do MST mostrou que 29% da população era analfabeta; 1,6% das crianças terminavam o ensino fundamental e 70% dos jovens e adultos não tinham condições acessíveis à escola. Em 1987, foi realizado o Primeiro Seminário Nacional de Educação, no Espírito Santo, com o tema: “O que queremos com as escolas dos assentamentos”.

Caldart (2012) afirma que quando o MST cria em sua organização o Setor Educacional, abandona-se uma visão ingênua de que a luta pela Reforma Agrária se dá somente pela luta por um pedaço de terra. Na realidade o objetivo também é a garantia dos direitos sociais e, dentre eles, o direito à educação que fora negado historicamente à população do campo. Basta lembrarmos do “ruralismo pedagógico” em decorrência do forte crescimento migratório e de urbanização ocorridos durante as décadas de 1910 e 1920, em que a educação rural entendia que deveria abranger técnicas de leitura e de realizações matemáticas, sem reflexão do contexto do campo e de suas lutas.

A educação rural identifica-se, historicamente, com as iniciativas do Estado em organizar a educação para os trabalhadores do campo, de acordo com os interesses do capital, caracterizando-se pela marginalização dessa população e pelo caráter de política compensatória, de abafar os conflitos resultantes da contradição de classe no meio rural (GUHUR; SILVA, 2009, p. 133).

Assim, nota-se que a mudança em “rural” para “do campo” implica uma postura qualitativamente diferente, isto é, um posicionamento que se vincula à concepção de educação enquanto formação, práxis e reflexão. Esta compreensão dá-se a partir dos movimentos sociais do campo e não do Estado ou de outros entes.

Em meados dos anos noventa, o Setor de Educação conseguiu aumentar o número de cursos de alfabetização de jovens e adultos nos assentamentos e acampamentos. Também implantou cursos de formação de professores e realizou encontros locais e nacionais, espacializando e territorializando a *pedagogia do Movimento*. Essas experiências educacionais foram reforçadas já no começo dos anos 90 com a criação do Curso de Magistério e do curso Técnico em Administração de Cooperativas – TAC, no Departamento de Educação Rural – DER – da Fundação de Desenvolvimento, Educação e Pesquisa da Região Ceileiro, no município de Braga – RS. (FERNANDES, 1999, p. 212).

O texto “O que queremos com as escolas dos assentamentos” foi publicado em 1991, com o objetivo de instigar o debate sobre o projeto educacional das escolas do campo e da formação dos Sem Terra:

Nas Escolas do MST não pode ter um professor qualquer. [...] O professor deve participar da vida do assentamento. Só dar aula não chega. Deve participar das discussões e ações principais do assentamento como um todo. O professor só será professor de verdade quando assumir de corpo, mente e coração [além de certos princípios pedagógicos] os princípios do MST. Quando fizer sua a luta pela terra, pela produção, como a luta pela educação. Quando participar das lutas do assentamento e dos trabalhadores em geral. (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, 2001, p. 34).

Assim, já nesse documento de 1991 fica nítida a necessidade do educador/a estar comprometido com a luta pela terra desenvolvida pelo MST como modo para alicerçar sua prática de docência na reflexão e na prática de luta desse movimento socioterritorial. Em 1992, foi publicado o texto “Caderno de Educação: como fazer a escola que queremos”, com um esboço preliminar a respeito do currículo educacional, estruturado como fruto de um aprendizado a partir da realidade vivida ao longo do tempo e, também, da interação e diálogo com pesquisadores de várias universidades.

Em 1995, a Associação Nacional de Cooperação Agrícola (ANCA) e a Confederação de Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB) inauguram o Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária (ITERRA), em Veranópolis, no Rio Grande do Sul. Já em 1996, no ITERRA, o MST funda a Escola Josué de Castro, em que acontecem o Ensino Supletivo de 1º e 2º graus. O ITERRA possui o objetivo de contribuir na formação e na pesquisa de acordo com as demandas de suas associadas, sem desprezar e/ou esquecer-se da educação do ser humano. Ainda em 1995, o MST recebeu o Prêmio Educação e Participação Itaú – UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância), pelo Programa “Por uma escola pública de qualidade nas áreas de assentamentos” (FERNANDES, 1999).

Em 1997, o MST realizou o “I Encontro Nacional de Educadoras e Educadores da Reforma Agrária” (ENERA), no campus da Universidade de Brasília (UnB), com o apoio desta universidade e da UNICEF. Este evento recolocou o debate da Educação do Campo e, inclusive, surgiu a proposta do

Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA). Em 1998, o PRONERA foi implantado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) com a parceria do MST e de diversas universidades. Também em 1998 ocorreu o “I Encontro Nacional de Educadoras e Educadores de Jovens e Adultos”, em Recife, onde os Sem Terra prestaram uma homenagem ao educador Paulo Freire (FERNANDES, 1999). De acordo com Hackbart (2008),

O Programa é uma política pública de educação dirigida a trabalhadores e trabalhadoras das áreas de reforma agrária, que se realiza por meio de parcerias com diferentes esferas governamentais, instituições de ensino médio e superior de caráter público ou civil sem fins lucrativos, movimentos sociais e sindicais de trabalhadores e trabalhadoras rurais para qualificação educacional dos assentados e assentadas. Seu principal objetivo é o fortalecimento da educação dos beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária, estimulando, propondo, criando, desenvolvendo e coordenando projetos, utilizando, para isso, metodologias voltadas à especificidade do campo. Além disso, o Pronera visa contribuir para a promoção do desenvolvimento, com base nos princípios da sustentabilidade econômica, social e ambiental dos homens e mulheres que ali vivem (p. 12).

Ainda em 1998, em Luziânia/GO, aconteceu a “I Conferência Nacional Por uma Educação Básica do Campo”, contando com a organização do MST, da UnB, da Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), da UNICEF e da CNBB. O evento contou com aproximadamente mil participantes, de várias instituições. As experiências desenvolvidas em diversos locais do país foram discutidas, além de políticas públicas e projetos pedagógicos que ajudassem no processo de amadurecimento da Educação Básica do Campo (FERNANDES, 1999). O autor ainda nos explica que, no dia seguinte dessa conferência, as cinco entidades se reuniram com o objetivo de dar continuidade ao movimento desencadeado e fomentar a divulgação e criação de uma coleção de Cadernos da Educação Básica do Campo, constituindo, dessa forma, a “Articulação Nacional Por uma Educação Básica do Campo”.

Em 2000, fora organizada uma Audiência Pública, no interior da Comissão de Educação, Cultura e Desporto da Câmara dos Deputados em Brasília, sobre a situação da Educação do Campo no Brasil. Nesta audiência, estavam presentes: o MST, a Comissão Pedagógica Nacional do PRONERA, a União Nacional das Escolas Famílias Agrícolas, a UnB, UNICEF, UNESCO e CNBB, de acordo com Molina (2003). A autora continua:

Esta Audiência Pública foi de grande importância para o impulso do tema junto ao parlamento, contribuindo para alguns incisos fossem sobre Educação do Campo fossem inseridos no Plano Nacional de Educação. Além deste resultado mais prático este evento também foi significativo como uma estratégia de sensibilização dos parlamentares para o tema. Esta estratégia apresentou seus resultados, quando neste ano de 2000, frente ao contigüenciamento de recursos do Pronera pelo governo de Fernando Henrique, conseguimos a inclusão de uma emenda parlamentar no Orçamento Geral da União para garantir recursos para o Programa, evitando assim sua interrupção (p. 69).

Em 2002, foi então realizado o “Seminário Nacional Por uma Educação Básica do Campo”, com a participação de mais de 400 pessoas, envolvendo instituições de ensino superior, secretarias estaduais e municipais de educação, educadores do PRONERA, superintendências regionais do INCRA e vários movimentos sociais: incluindo Movimento da Mulher Trabalhadora Rural (MMRT), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Articulação Nacional das Mulheres Trabalhadoras Rurais (ANMTR), Pastoral da Juventude Rural (PJR), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB), Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), União Nacional das Escolas Famílias Agrícolas do Brasil (UNEFAB), Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e algumas Organizações Não Governamentais (ONGs). Neste evento, reflete-se sobre as políticas educacionais em âmbito nacional e sobre o termo “educação do campo”.

É importante afirmar que o MST é um movimento social de fundamental importância no Movimento de Educação do Campo. No entanto, também ocorre a parceria e o companheirismo de luta a partir de outros movimentos como: o Movimento dos Atingidos pelas Barragens (MAB), o Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), sindicatos de trabalhadores rurais e federações estaduais desses sindicatos vinculados à Confederação dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG), o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais – vinculado à CONTAG, a Rede de Educação do Semiárido Brasileiro (RESAB) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT), além de uma série de outras organizações.

Uma particularidade do MST é que conjuga em sua organização diversos profissionais que apoiam a luta pela Reforma Agrária: o geógrafo, o advogado,

o educador, o padre etc. Exemplo disso é a obra intitulada “Dicionário da Educação do Campo”, que se trata de um esforço coletivo cuja elaboração contou com a Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, a Fundação Oswaldo Cruz do Rio de Janeiro e com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Ao todo são 107 pesquisadores ligados à luta pela terra que contribuem em formar os 113 conceitos/verbetes relacionados à Educação do Campo. Os organizadores (Roseli Salette Caldart, Isabel Brasil Pereira, Paulo Alentejano e Gaudêncio Frigotto) afirmam que o objetivo deste livro é esclarecer algumas categorias e conceitos que permitem entender a Educação do Campo como um esforço dos movimentos sociais de luta pela terra como uma educação condizente com o território camponês que habitam e labutam. Essa obra é um referencial teórico importante para ser levado em consideração no que se refere à análise que pretenda entender de maneira mais ampla a luta pela educação, inserida, por sua vez, na luta pela terra. Esse processo inevitavelmente envolve a luta de classes que, por meio da abordagem crítica do presente livro, enriquece a leitura e instiga a reflexão preocupada com os interesses da classe trabalhadora camponesa, em seu cotidiano territorializado.

Em 2004, surge a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), vinculada ao Ministério de Educação e Cultura. Nesta secretaria há a Coordenação Geral da Educação do Campo, responsável pelo reconhecimento das demandas do campo e suas especificidades. No âmbito do Governo Federal, alguns projetos são exemplos da importância da mobilização desses sujeitos coletivos nas várias conferências e eventos:

- Programa de Apoio à Formação Superior: com a Licenciatura em Educação do Campo – PROCAMPO. Este programa apoia a criação de cursos em instituições públicas do país voltados para a formação de educadores do campo;
- Programa Escola Ativa: tem como objetivo contribuir na melhoria escolar em classes multisseriadas; e
- ProJovem Campo – Saberes da Terra: permite que jovens agricultores familiares tenham qualificação profissional. Participam os que não concluíram o ensino fundamental e possuem de 18 a 29 anos; com o objetivo, dessa maneira, de combater as desigualdades educacionais do campo.

Ainda em 2004 ocorreu a “II Conferência Por uma Educação Básica do Campo”, em Luziânia/GO, com a participação das entidades: CNBB, MST, UNICEF, UNESCO, UnB, CONTAG, UNEFAB, UNDIME, MPA, MAB e MMC. O tema deste evento foi “Por uma Política Pública de Educação do Campo”, no qual foi defendido o caráter de políticas públicas universais que reafirmem a garantia dos direitos, ao invés da disseminação de políticas compensatórias.

Do ponto de vista da legislação, tais empreitadas também tiveram fortes influências e avanços, embora já na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB - Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996), em seu artigo 28, constar:

**Art. 28º.** Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

**I** - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;

**II** - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; e

**III** - adequação à natureza do trabalho na zona rural.

Somente com o artigo nº. 10 das DOEBEC (Diretrizes Operacionais para Educação Básica nas Escolas do Campo) aparece o pensamento sobre a necessidade de a escola criar mecanismos para que a comunidade local, órgãos de gestão educacionais, movimentos sociais e demais setores da sociedade possam participar na sua gestão escolar. Essa legislação e o decreto nº. 7.352, que institui a PRONERA, ajudam a compreender a importância dos eventos, encontros, conferências e seminários, pois estes surgiram a partir de encaminhamentos e mobilizações dessas atividades coletivas de discussão. Não é surpreendente que Arroyo (2006) anuncie que a educação do campo problematiza a educação em sentido amplo, mais que a educação escolar formal. Em 2010 surge o “Fórum Nacional de Educação do Campo” como importante espaço de socialização de experiências de lutas educacionais e organização política coletiva. Com relação à DOEBEC, vale afirmar que elas possibilitam

orientar ações na sua materialização, para que a educação no campo não seja algo alienado e alienante perante seu próprio contexto e nem reproduza de modo acrítico e irracional padrões das escolas urbanas no campo.

Também podemos lembrar a Escola Feminista do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), em Luziânia/GO, que, com o grito “mulher conscientizada, semente germinada, sociedade transformada”, vem mobilizando em torno de 70 militantes de 15 estados brasileiros diferentes. Reafirma-se, aqui, a luta contra o agronegócio e por uma sociedade com equidade de gênero<sup>1</sup>. Essas ações permitem apreender a educação do campo enquanto uma Pedagogia do Exemplo que instiga e motiva a participação, a reflexão e o engajamento de sua população, numa jornada dura e difícil de ser trilhada, porém, que o caminhar tem mostrado avanços e conquistas duradouras.

### **A EDUCAÇÃO DO CAMPO ENQUANTO PEDAGOGIA DO EXEMPLO QUE LUTA CONTRA A “POBREZA POLÍTICA”**

*“O que vale na vida não é o ponto de partida e sim a caminhada.  
Caminhando e semeando, no fim terás o que colher”*  
(Cora Coralina)

Neste item, iremos resgatar alguns pontos que não devem passar desconsiderados no debate da Educação do Campo, apresentando essa síntese como a Pedagogia do Exemplo. Nesse aspecto, Thomaz (2011) traz emblemática contribuição à reflexão sobre os desafios que podem ser pensados nessa meta:

A busca de alternativas para os trabalhadores ou para a classe trabalhadora não deve ser delegada às políticas públicas, ao Estado, tampouco às forças conservadoras, que o compõem. É por meio das instâncias de organização dos trabalhadores, os movimentos sociais, que será possível construir novos referenciais de sociedade, sem que “esperemos sentados” que esse projeto seja construído. Muito menos que nos desesperancemos diante do fato de que a Guerra Fria acabou, portanto, não há nenhum motivo para encarnar a resistência do trabalho e que dificilmente a alternativa socialista compareça no dia-a-dia das lutas dos trabalhadores e trabalhadoras brasileiros, latino-americanos etc. Entretanto, não devemos prescindir das cobranças e exigências junto ao Estado, para garantir

direitos adquiridos e conquistados, acesso aos recursos públicos, políticas públicas para manter firme o princípio da luta por direitos, inclusão social etc. Na mesma direção, a defesa das políticas compensatórias, inclusive as ações que se inscrevem no âmbito da reforma agrária, ou melhor, na política de assentamento, significa manter um grupo cada vez maior de trabalhadores e trabalhadoras na dependência do Estado (p. 25).

O empolgante e inquietante trecho do Prof. Dr. Thomaz ajuda-nos a exprimir uma das ideias que temos defendido e argumentado ao longo deste texto. O movimento que vem sendo executado pela Educação do Campo coloca sua materialidade e seu desdobramento a Pedagogia do Exemplo, pois coloca em prática uma mobilização a partir dos oprimidos da terra que articula movimentos sociais, instituições de pesquisa, universidades, pesquisadores e Estado, na luta pela elaboração de políticas públicas e projetos educacionais. No entanto, não se rompe com os valores e as concepções advindas do território camponês; justamente por ser a sua gente, o seu povo que problematiza e instiga a execução de tais ações.

Longe de modelos fáceis que podem cumprir papéis predefinidos, pensar um projeto para o Brasil nos põe atentos às lacunas da ausência da crítica radical das experiências tecnocráticas, burocráticas, de sorte que o marxismo continua como referência de vida, de concepção de mundo e fundamento para a construção revolucionária. Em síntese, trata-se de transformar não só as relações de produção, as relações de propriedade, mas também a estrutura das forças produtivas e do aparelho produtivo. Para nós, é impossível separar a ideia de uma nova sociedade, de um projeto para o Brasil enquanto uma estratégia de luta, da ideia de uma civilização da solidariedade, de uma nova matriz energética, um novo paradigma de civilização alternativo (THOMAZ, 2010, p. 15).

Essa é uma ideia constituinte do exemplo pedagógico da educação do campo, isto é, seu projeto societário. Os trabalhadores camponeses, organizados em movimentos sociais do campo/da terra, não desenvolvem somente lutas, marchas, ocupações e acampamentos na luta pela terra, pela Reforma Agrária e pela Educação. Desenvolvem, acima de tudo, um exemplo rico e prático a toda sociedade: a insustentabilidade da atual organização do modo de produção capitalista e sua urgente necessidade de transformação. Perante todos os argumentos e exemplos práticos citados neste texto, é possível notar a incompatibilidade do agronegócio com a vida humana, justamente porque

este é peça fundamental e pertencente à lógica de funcionamento e expansão do capital. É preciso afirmar: não há como combater o agronegócio dentro do capitalismo, visto que os dois são inseparáveis e funcionam juntos.

A Educação do Campo vem mostrando às populações também da cidade, a partir de suas lutas, que para desenvolvermos uma agricultura agroecológica familiar, sem uso de agrotóxicos e sem a concentração fundiária e de renda, precisamos criticar e nos conscientizar dos problemas estruturais do capitalismo; caso contrário, estaremos tão somente resolvendo questões pontuais e bem localizadas, por meio da moda das políticas compensatórias, que funcionam como elementos ideológicos da constituição do consenso da classe trabalhadora perante as desigualdades sociais e como elemento de manutenção do *status quo*, pois, como já afirmava nosso eterno Mestre: “Não há utopia verdadeira fora da tensão entre a denúncia de um presente tornando-se cada vez mais intolerável e o anúncio de um futuro a ser criado, construído, política, estética e eticamente, por nós, homens e mulheres” (FREIRE, 1999, p. 91). Os sujeitos que compõem o movimento articulador da Educação do Campo desenvolveram a necessidade de compreender e explicitar a vida objetiva, a realidade concreta, para, ao estudá-la, se mobilizarem conscientemente e a transformarem. Porém, até mesmo essa consciência partiu das condições de opressão e exploração que envolvem a questão agrária brasileira secularmente.

Entendemos que, do ponto de vista da pesquisa acadêmica, a Educação do Campo nasceu de questões de luta, portanto, de desafios e elementos da prática de tais lutas empenhadas pelos movimentos sociais do campo. Mesmo assim e, por causa disto, ela necessita de uma sistematização de suas práticas que somente a universidade e seu conhecimento acumulado ao longo do tempo pode fornecer, pois desenvolve o rigor na análise e na escrita. Também precisamos de elementos concretos das realidades das escolas localizadas no campo e que sabemos, em muitos casos, lidam com questões do poder local municipal que “emperram” seu desenvolvimento numa prerrogativa da gestão educacional participativa. É importante compreender ainda que:

Quando os assentados querem uma escola voltada para sua realidade, eles estão, antes de tudo, fazendo uma crítica ao modelo de escola que conhecem e que é o tradicional em nossa educação. Então, quando tentam resolver os seus problemas educacionais, na prática passam a participar da construção de alternativas para as escolas brasileiras em geral, em especial àquelas localizadas no meio rural (CALDART; SCHWABB, 2005, p. 21).

É essa crítica atuante que impulsiona a Pedagogia do Movimento, partindo da mobilização do oprimido do campo a transmutar-se em Pedagogia do Exemplo. A tarefa e o desafio histórico das populações do campo não é abandonar o Estado, frente sua convivência às classes dominantes. Ao contrário, o desafio prático está em ocupar os espaços para a luta da garantia efetiva dos direitos sociais, em especial, à educação, secularmente segregada e ideologicamente intencionada em vários episódios para a população do campo em sua permanência na lógica da subordinação ao capital e seus interesses.

Se for verdade que a luta educa por meio da Pedagogia do Movimento, mobilizada pelos oprimidos do campo, como defendemos ao longo deste texto, se constituindo como uma Pedagogia do Exemplo, igualmente é verdade que tais experiências aproximam os lutadores no sentido afetivo e emotivo, pois, a todo tempo, o coletivo se organiza e se preocupa com a cooperação. A solidariedade de classe, entre aqueles que compartilham as mesmas batalhas, com o mesmo projeto educativo emancipatório, constitui fator imprescindível de ser levado em consideração para que a pesquisa acadêmica não se esqueça de ser desenvolvida junto ao seu objeto e que, com ele, possa aprender; caso contrário, fortaleceremos ainda mais uma desconexão tamanha em nome de uma ciência “neutra” e “pura”; quando na realidade a pureza acontece na simplicidade dialógica entre o ato de se educar, deixando-se ser educado. É por isso que não podemos esquecer:

“Não há anúncio sem denúncia, assim como toda denúncia gera anúncio. Sem este, a esperança é impossível. Mas, numa autenticamente utópica, não há como falar em esperança se os braços se cruzam e passivamente se espera. Na verdade, quem espera na pura espera vive um tempo de espera vã. A espera só tem sentido quando, cheios de esperança, lutamos para concretizar o futuro anunciado, que vai nascendo na denúncia militante” (FREIRE, 1981, p. 48).

É nesse mesmo caminho que Demo (1991) nos explica que não há caminho para a superação da pobreza, sem a participação do pobre. A tarefa histórica de desenvolver uma luta por maior justiça social, nesse sentido, vem sendo desenvolvida pelos movimentos sociais do campo, que afirmam sua população como protagonistas por mudanças qualitativas na sociedade de classes vigente no atual modo de produção capitalista.

Homem político é aquele que tem consciência histórica. Sabe dos problemas e busca soluções. Não aceita ser objeto. Quer comandar seu próprio destino. E amanhece o horizonte dos direitos, contra o dado e contra a imposição. Ator, não espectador. Criativo, não produto. Distinguimos nas civilizações e nas culturas a marca do que o homem foi e é capaz de fazer [...] Homem político é aquele politicamente competente, ou seja: não se ilude sobre suas limitações; exatamente por causa disso consegue enfrentá-las. Organiza-se para preservar seus direitos. Institui regras do jogo, para retirar a selvageria do poder (DEMO, 1991, p. 15).

Justamente por não compartilharem de uma visão fechada sobre a história a educação do campo, pode ser considerada como uma Pedagogia do Exemplo que luta contra a pobreza política, ou seja, contra a coibição no ato de não participar que, em muitos casos, é imposto aos pobres: “Ser pobre não é apenas não ter, mas ser coibido de ter. Pobreza é, em sua essência, repressão, ou seja, resultado da discriminação sobre o terreno das vantagens” (DEMO, 1991, p. 10).

Dessa maneira, a pesquisa em educação que pretende compreender a luta educacional que vem sendo desempenhada pela população camponesa precisa levar em consideração o estímulo ao “homem político” que essa Pedagogia do Exemplo estimula e reflete. Podemos lembrar as várias ocasiões em que crianças e jovens dos movimentos sociais se reúnem com autoridades na área da educação para expor suas dificuldades de acesso à escola ou, inclusive, a falta de escolas – como é o caso das crianças que, em 25 de março de 2013, dirigiram-se ao Ministério da Educação (MEC), em Brasília, participando do Acampamento Nacional da Via Campesina, para explicitar as precariedades das escolas do campo<sup>2</sup>.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A Educação do Campo, compreendida em sua síntese como a Pedagogia do Exemplo, critica e luta contra a “generosidade” das classes dominantes. Na atualidade essa “generosidade<sup>3</sup>” se materializa e é incentivada por meio das políticas compensatórias. Estas não trabalham a questão social em sua estrutura, já que tal raciocínio levaria indubitavelmente à concepção

da insustentabilidade e da opressão inerente ao modo de produção capitalista. Essa falsa “generosidade” aparece nas ações de grandes grupos ligados ao agronegócio com suas práticas educativas que no discurso afirmam as bandeiras do “empreendedorismo do jovem e da população rural”, porém buscam manter a subordinação do campesinato, tentando obter o consentimento e aceitação da opinião pública com a propaganda de “inclusão social, educacional e geração de renda”.

A “pobreza política” discutida por Demo (1991) pode ser entendida como sendo as inúmeras ofensivas que a bancada ruralista vem impondo à população camponesa, visando sua subordinação e subserviência, calando-os e os impedindo de se expressarem. A mídia tendenciosa e generalista também atua acentuadamente nesse sentido, contribuindo para a imagem da criminalização dos movimentos sociais e repelindo as ações que os pobres do campo realizam em suas lutas, tachando-os de “baderneiros”.

É justamente por isso que a Educação do Campo pode ser compreendida como sendo uma Pedagogia do Exemplo que estimula e incentiva a formação crítica e ativa do “homem político” de que nos fala Demo (1991), pois ela vem sendo desenvolvida de “baixo pra cima” numa articulação entre pesquisadores, camponeses e institutos de pesquisa. A partir do debate aqui proposto, problematizamos uma síntese dos elementos estruturais e estruturantes da Educação do Campo, entendendo-a como a Pedagogia do Exemplo, já que fornece aprendizados e lições a toda sociedade, provenientes da terra, de suas metáforas, da sua gente organizada consciente e mobilizadora. Essa Pedagogia nos aponta que não é possível pensarmos na garantia do direito à educação sem nos atentarmos para a criação de mecanismos que garantam, inclusive, a participação das populações do campo e a gerência de conteúdos a partir de seu território. Também não é possível discutir educação do campo sem a relacionarmos com outros direitos sociais como: terra a quem nela trabalha, condições de saúde, habitação etc. É na articulação entre os entes federativos na problemática da questão social que caminhamos rumo a patamares mais efetivos de justiça social. Postura essa que exemplifica a atualidade e importância do conceito de luta de classes.

## NOTAS

1. Para mais informações: <<http://viacampesina.org/es/index.php/temas-principales-mainmenu-27/mujeres-mainmenu-39/1714-brasil-mpa-inicia-su-primera-escuela-nacional-feminista-en-luziania>>. Acesso em: 10 abr. 2013.
2. Maiores informações em: <<http://www.mst.org.br>>. Acesso em: 10 abr. 2013.
3. Freire (1987) utiliza o termo “generosidade” como exemplo da prática dos opressores na manutenção das injustiças. Em nosso debate atualizamos essa discussão articulando essa crítica da falsa “generosidade” como sendo as políticas compensatória que tentam a desmobilização da classe trabalhadora e seu consentimento.

## REFERÊNCIAS

CALDART, Roseli Salette. Educação do Campo. In: CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

\_\_\_\_\_; SCHWAAB, Bernadete. **Nossa luta é nossa escolar: a educação das crianças nos acampamentos e assentamentos**. Dossiê MST-Escola, Setor de Educação do MST, 2005.

DEMO, Pedro. **Pobreza Política**. São Paulo: Cortez, 1991.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Contribuição ao estudo do Campesinato Brasileiro – Formação e Territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST (1979-1999)**. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade de São Paulo – USP/Faculdade de Filosofia, Ciências Humanas, São Paulo, 1999.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a Liberdade e outros Escritos**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. 6. ed, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

GUHUR, Dominique M. P.; SILVA, Irizelda M. S. **Educação do Campo: Primeiras Aproximações**. Roteiro, Joaçaba, v. 34, n. 2, p. 129-144, 2009.

HACKBART, Rolf. Apresentação. In: SANTOS, C. A. (Org.). **Campo –**

**Políticas Públicas – Educação**, v. 7, Brasília, INCRA; MDA, 2008 - (Coleção Por uma Educação Básica do Campo).

MOLINA, Mônica Castagna. **A contribuição do PRONERA na construção de políticas públicas de educação do campo e desenvolvimento sustentável**. Brasília, 2003. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) - Universidade de Brasília, Brasília, 2003.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA – MST. **Nossa concepção de educação e de escola**. Dossiê MST-Escola, Setor de Educação do MST, 2001

THOMAZ JÚNIOR, Antonio. Povoando o território da luta pela terra e pela reforma agrária no Brasil Contemporâneo. **Revista Pegada Eletrônica (Online)**, v. 11, p. 1-35, 2010.

\_\_\_\_\_. Os desafios rumo a um projeto para o Brasil! (Intemperismo do Trabalho e as Disputas Territoriais Contemporâneas). **Revista da ANPEGE**, v.7, n. 1, 2011.